



## Luta contra a Reforma da Previdência agora é no Senado

A proposta de Reforma da Previdência, aprovada semana passada na Câmara dos Deputados, na base do toma lá da cá promovido pelo governo Bolsonaro, agora segue para o Senado, onde a pressão popular precisa ser ainda mais intensa com o objetivo de barrar a PEC da Previdência.

A aprovação da Reforma na Câmara, por 379 votos a 131, representa um grande golpe contra os trabalhadores. O governo “comprou” o apoio da maior parte dos deputados por R\$ 1,13 bilhão em emendas parlamentares liberadas nos últimos dias e prometeu dar mais R\$ 2 bilhões. Uma grande contradição para um governo que fala em “nova política” mas na verdade adota práticas da “velha política”.

No plenário da Câmara Federal, no último dia 10/7, a oposição ao governo denunciou a “venda” dos direitos do trabalhadores.

“Vocês estão cometendo um crime, estão vendendo o Brasil, vendendo direitos por um dinheiro que não poderão receber. Esse acordo além de criminoso é imoral, é ilegítimo, é a venda de direitos por tostões que vocês estão entregando o Brasil”, denunciou a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

Agora, é momento de os movimentos sociais, da

classe trabalhadora, de todos, aumentarem ainda mais o cerco contra a Reforma, para pressionar senadores a rejeitarem a proposta, que vai destruir a Previdência Pública, aprofundar o desemprego e agravar ainda mais a situação econômica do país.



Governo Bolsonaro liberou bilhões de reais em emendas, em troca do apoio pela aprovação da reforma da Previdência

## Reforma retira direitos e massacra os mais pobres

Apesar de algumas alterações, o texto aprovado da Reforma da Previdência praticamente inviabiliza a aposentadoria dos trabalhadores.

De forma geral, a reforma estabelece idade mínima para a aposentadoria: 65 anos para homens e 62 para mulheres. São impostas também mudanças no cálculo dos benefícios, que vai contabilizar a média de todas as contribuições e exigir mais tempo na ativa para valor maior na aposentadoria.

Serão exigidos 40 anos de contribuição para um benefício igual a 100% da média das contribuições, enquanto o piso será de 60% da média. Há regras de transição para quem já está na ativa.

A reforma aumenta o tempo para se aposentar, limita o benefício à média de todos os salários, aumenta as alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS e estabelece regras de transição para os atuais assalariados.

# Sindicato consegue reintegração de trabalhadora

Mais uma vitória contra os desmandos das empresas. O departamento Jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari conseguiu a reintegração de Rosângela Ribeiro Oliveira, que tinha sido demitida injustamente, em abril deste ano, pela Leadec.

Na sentença, o juiz determina reintegração da trabalhadora e a manutenção dos "benefícios decorrente do vínculo havido entre as partes, nele incluído o plano de saúde nas mesmas condições vigentes no curso do contrato de trabalho".



Rosângela Ribeiro Oliveira foi reintegrada, após ser demitida injustamente pela Leadec

## Laja Jato conduzida de forma política

A divulgação de novos diálogos entre integrantes do ministério Público da Operação Lava Jato, pelo The Intercept Brasil, no último dia 9/7, revelam a orientação política das ações da operação.

O material divulgado mostra diálogos entre membros da força-tarefa a respeito da guerra jurídica em torno de uma entrevista do ex-presidente Lula. Na manhã do dia 28 de setembro de 2018, a imprensa noticiou que o ministro do STF Ricardo Lewandowski autorizara Lula a conceder uma entrevista ao jornal Folha de S.Paulo. Em um grupo no Telegram, os procuradores imediatamente se movimentaram, debatendo estratégias para evitar que Lula pudesse falar, já que consideraram que a entrevista ajudaria a eleger Haddad presidente.

Desde o início dos vazamentos das mensagens está claro que o ex-juiz Sergio Moro e os membros do MPF fizeram uma verdadeira "conspiração política" para impedir a candidatura de Lula. O final da estória, todos sabem: Sergio Moro foi "premiado" ao ajudar a eleger Bolsonaro com o cargo de Ministro da Justiça.

## Bolsonaro: avaliação é a pior entre presidentes no 1º mandato

Para 33%, o presidente faz um trabalho ótimo ou bom. Para 31%, regular, e para outros 33%, ruim ou péssimo. Com variações mínimas, é o mesmo cenário que se desenhou três meses atrás, no mais recente levantamento do instituto.

A pesquisa atual foi feita em 4 e 5 de julho e ouviu 2.860 pessoas com mais de 16 anos, em 130 cidades. Ela tem uma margem de erro de dois pontos percentuais.

Com isso, Bolsonaro se mantém como o presidente em primeiro mandato com a pior avaliação a esta altura do governo desde Fernando Collor de Mello, em 1990.



Educação é uma das áreas atacadas pelo governo Bolsonaro